



OS IMPACTOS DOS POSICIONAMENTOS DIPLOMÁTICOS BRASILEIROS DURANTE OS PRINCIPAIS CONFLITOS GLOBAIS CONTEMPORÂNEOS

THE IMPACTS OF BRAZILIAN DIPLOMATIC POSITIONS DURING THE MAIN CONTEMPORARY GLOBAL CONFLICTS

João Pedro Zouein Xavier*

Cyro José Jacometti Silva**

RESUMO: Esta pesquisa abordou uma profunda reflexão quanto às relações diplomáticas brasileiras e seus respectivos desdobramentos durante os principais conflitos armados ocorridos no século XXI, considerando assim, os aspectos basilares do Direito Internacional Público, bem como o teor do artigo 4º da Constituição Federal da República de 1988. Observando assim, as devidas reações destes posicionamentos na vida da população brasileira que reside nos países onde ocorreram e ocorrem estes conflitos, bem como, no modo em que os refugiados dos mesmos confrontos acompanharam esses posicionamentos. Ilustrando assim o perfil da diplomacia brasileira e como sua participação geopolítica busca na pacificação a resolução destes embates, utilizando-se de uma política de “boa-vizinhança” e na consagração de diálogos e negociações. O estudo se fundamenta na coleta de dados como o número de pessoas refugiadas em território nacional, o número de baixas de brasileiros em solo estrangeiro, cujos confrontos armados estão ocorrendo e na correlação dos posicionamentos no declínio e ascensão destes dados. Concluindo assim, não apenas o papel do Brasil no cenário mundial, mas também a relevância de uma diplomacia articulada que vise a promoção de interesses nacionais e sua relação na resolução de novos confrontos.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia. Direito Internacional Público. Conflitos Globais. Geopolítica. Posicionamentos Internacionais. Direito Constitucional.

*Estudante do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Cristo Rei – FACCREI, de Cornélio Procopio. E-mail: jotapecontato13@gmail.com

**Orientador: Docente do curso de Direito na Instituição de ensino Faculdade Cristo Rei – FACCREI de Cornélio Procopio/PR. Servidor do Tribunal do Estado do Paraná. Doutor em Direito pelo Programa de Doutorado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito - FADISP - Direito Constitucional e Acesso à Justiça. Bacharel em Direito (2011). Especialista em Direito Processual Civil (2014). Mestre em Direito, Concentração: Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social, apresentando a dissertação com tema: "O Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado como um Direito Fundamental". E-mail: cyro@faccrei.edu.br

ABSTRACT: This research addressed a deep reflection on Brazilian diplomatic relations and their respective developments during the main armed conflicts that occurred in the 21st century, thus considering the basic aspects of Public International Law, as well as the content of article 4 of the Federal Constitution of the Republic of 1988. Observing thus, the appropriate reactions of these positions in the lives of the Brazilian population who reside in the countries where these conflicts occurred and are still occurring, as well as the way in which refugees from the same clashes followed these positions. Thus illustrating the profile of Brazilian diplomacy and how its geopolitical participation seeks to resolve these conflicts through pacification, using a “good-neighbor” policy and the consecration of dialogues and negotiations. The study is based on the collection of data such as the number of people taking refuge in national territory, the number of Brazilian casualties on foreign soil, whose armed clashes are taking place and the correlation of positions in the decline and rise of these data. In conclusion, not only Brazil's role on the world stage, but also the relevance of articulated diplomacy aimed at promoting national interests and their relationship in resolving new confrontations.

KEYWORDS: Diplomacy. Public International Law. Global Conflicts. Geopolitics. International Positionings. Constitutional Law.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, sendo um dos países mais influentes do continente americano, também é reconhecido mundialmente por suas posturas pacifistas em confrontos globais e na busca pela construção do diálogo e da diplomacia. O país está sempre correlacionado nos princípios do multilateralismo e no respeito às diretrizes firmadas na Organização das Nações Unidas (ONU), devidamente ativo em convenções internacionais onde frequentemente possui papel de conciliador.

A pesquisa teve como fundamento abordar as consequências dos posicionamentos diplomáticos brasileiros em face a confrontos armados de escala mundial, tendo o seguimento não cronológico dos eventos da “Primavera Árabe” que ocorreu no Oriente Médio durante 2010 até 2012, até a guerra entre Israel e Palestina que se iniciou no primeiro semestre de 2024. Além disso, analisa de forma pragmática os desdobramentos destes posicionamentos com o ornamento jurídico e a literatura baseada em leis e tratados que o Direito internacional Público dispõe.

Partindo de uma pesquisa qualitativa de dados, com a interpretação dos eventos no número de óbitos de imigrantes brasileiros nos países que ocorreram e ocorrem os confrontos e na vida de refugiados que vivem no Brasil posteriormente aos posicionamentos diplomáticos. Esse estudo, está embasado na metodologia de pesquisa documental, visto que em determinados posicionamentos a diplomacia

brasileira foi contra o disposto no artigo 4º da Constituição Federal e no que fora acordado na Carta das Nações Unidas.

Por se tratar de uma temática contemporânea, a pesquisa teve como base material teórico que buscou desenhar o perfil diplomático brasileiro, suas interações internacionais e seu papel como um dos líderes da América Latina e momentos em que seu perfil que preza por uma política de “boa-vizinhança” fez com que a diplomacia brasileira entrasse em colisão com direitos e deveres fundamentais.

O artigo foi dividido de forma sistêmica, que visou abordar aspectos multilaterais em tópicos como:

Os princípios que regem a diplomacia brasileira e fundação constitucional: A justificativa do tópico é ensaiar quanto as bases do direito internacional, que bebe tanto de literatura nacional, como na participação de eventos no exterior.

O perfil diplomático brasileiro: A seção explora desenhar a identidade diplomática brasileira contemporânea de um Brasil que recentemente recuperava sua democracia, bem como na participação do Itamaraty e o papel de embaixadas.

A apresentação dos conflitos e dos posicionamentos internacionais: Esta parte do artigo visa fazer um recorte de maneira não cronológica de alguns dos principais confrontos globais, como a crise humanitária no Iêmen, a guerra civil na Síria, a guerra entre Ucrânia e Rússia e o confronto armado entre Israel e Palestina.

Desdobramentos dos posicionamentos: Neste momento o artigo visa compreender através de uma análise sociológica o impacto dos posicionamentos na vida de refugiados, de brasileiros que vivem no exterior e analisar o declínio ou ascensão no número de óbitos, no número e na recepção de imigrantes em nosso país.

Análise entre os posicionamentos e a Constituição Federal: Conclui-se o artigo fazendo um parâmetro entre os posicionamentos e a legislação vigente que dá norte ao direito internacional, tendo em vista que em alguns posicionamentos que o Brasil tomou, seu pacifismo foi em sentido contrário o que está expresso em lei.

Com o conteúdo adquirido através da pesquisa que foi colacionada ao artigo, tornou possível compreender a relevância do Direito Internacional Público através das reverberações dos posicionamentos geopolíticos, bem como no aprofundamento destes posicionamentos para a política externa brasileira.

2 PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Para Accioly (2002), uma das características mais predominantes para que um Estado seja devidamente reconhecido é seu povo, bem como sua cultura, sua forma de convívio em comunidade e seus aspectos culturais. Apesar de fronteiras culturais e sociais imensas, o direito internacional brasileiro é amplamente reconhecido por todos os Estados. A comunicação externa brasileira tem como fonte duas bases que frequentemente são utilizadas como “periscópio” na vastidão que são as comunicações diplomáticas, sendo a Constituição da República em seu quarto artigo, as diretrizes da Carta da ONU e o conteúdo pactuado na Carta das Nações Unidas.

Os princípios que são a bússola das comunicações de cunho internacional têm como o objetivo não apenas a afirmação de autoridade e respaldo legal, mas também a construção de respostas para conflitos assegurando o respeito dos direitos humanos, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e o repúdio ao terrorismo e ao racismo, conforme artigo 4º da Constituição Federal:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

O princípio da independência nacional busca não apenas firmar autodeterminação de nossa soberania, porém a de outros países, sendo uma via de mão dupla para negociações e tratados internacionais, sem dependência de nenhum poder político, econômico, militar, religioso ou qualquer outra força que ameace a autonomia de suas relações exteriores.

Os direitos humanos foram devidamente consolidados através da declaração universal feito pela ONU no ano de 1948 após a calamidade humana que ocorreu durante a segunda guerra mundial, os direitos e garantias previstos na declaração universal consistem no que é substancial, ou seja, no mínimo que uma pessoa

necessita para uma vida, como à segurança pessoal, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade (ONU, 1948).

O objetivo da defesa da paz internacional é, junto ao princípio da resolução pacífica dos conflitos, manter a harmonia entre os Estados soberanos, a fim de que eventos como guerras, fome e atualmente mudanças climáticas, utilizando as ferramentas que os operadores do Direito Internacional público possuem, como a finalidade de não intervenção, a mediação e a busca da construção de diálogos civilizados para um futuro pacífico.

Se por um lado temos as ferramentas que embaixadores e ministros utilizam para mediações e diálogos, por outro temos o objetivo dessas comunicações, o princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, faz com que o Brasil se comprometa na busca de um desenvolvimento sustentável, econômico e próspero em suas relações externas, almejando não apenas um desenvolvimento próprio, mas também um futuro formidável com nossos parceiros externos.

Consta ressaltar que o princípio à concessão de asilo político, ainda que faça diálogos com os demais princípios, é geralmente o último a ser abordado, uma vez que nosso país tem a tradição de construir respostas anteriormente à geração de conflitos que resultam em refugiados. Por mais que o Brasil tenha sido construído por estrangeiros, como no caso calamitoso da escravidão, ou então pela vasta propaganda europeia e asiática durante o governo de Getúlio Vargas. Entretanto, situações extremas como a guerra envolvendo Ucrânia e Rússia, ou então situações políticas como a da Venezuela, o princípio é adotado com celeridade, uma vez que mediações se restam infrutíferas.

2.1 O PERFIL DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

Por mais o Brasil tenha sido redemocratizado há menos de 60 anos, nossas tradições diplomáticas são datadas desde o tempo imperial, que se finalizou em 1823. O Ministério das relações exteriores foi criado originalmente com o nome de “Secretariado de Estado dos Negócios Estrangeiros”, localizado no Rio de Janeiro, cuja finalidade era a política externa e o estabelecimento de vínculos diplomáticos, tendo destaque a figura de Barão do Rio Branco na consolidação dos primeiros passos da diplomacia brasileira. Segundo Ricupero (2002), quando se procura distinguir o Brasil do povo latino-americano de territórios, Rio Branco utilizou uma política de valor

e de propagação da boa imagem do país através do crescimento e apoio a iniciativas próprias de uma diplomacia cultural, bem como a inserção entre objetivos nacionais, relações internacionais de natureza política, comercial ou econômica.

Em 21 de abril de 1960, Brasília se torna capital do Brasil e o Ministério das Relações exteriores tem suas edificações atualizadas pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, tendo sua adequação a nova capital no primeiro semestre de 1970, sua estrutura na época de inauguração buscava simbolizar a modernidade e a relevância do Brasil no cenário internacional.

Segundo o que consta no Arquivo Nacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos o princípio do período republicano foi assinalado por transformações profundas na diplomacia brasileira e, especificamente, na função exercida pelo Ministério das Relações Exteriores, além de antigas questões que foram resolvidas acerca de divisões territoriais, como exemplo (Camargo, 2017).

Durante o período de regime militar e futuramente ditadura, as relações externas brasileiras passariam por uma dicotomia entre prosperidade e caos nunca vista. Durante o governo Castelo Branco (1964-1967) houve um hiato nas políticas nacionais de desenvolvimento e o rompimento de relações diplomáticas com Cuba e com a União Soviética em virtude da expansão do socialismo no continente americano.

No dia 8 de junho de 1965, fora promulgado o decreto nº 56.435, que ficou conhecido como a Convenção de Viena sobre as relações Diplomáticas, que reconhece privilégios e imunidades que “Chefes de missão”, no caso embaixadores, ministros e encarregados de negócios possuem até a presente data. A literatura legal descreve também as funções de uma missão diplomática:

Artigo 3

As funções de uma Missão diplomática consistem, entre outras, em:

- a) representar o Estado acreditante (sic) perante o Estado acreditado;
- b) proteger no Estado acreditado os interesses sic do Estado acreditante (sic passim) e de seus nacionais, dentro dos limites permitidos pelo direito internacional;
- c) negociar com o Govêrno (sic) do Estado acreditado;
- d) inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a esse sic respeito o Govêrno (sic passim) do Estado acreditante (sic passim);

e) promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante (sic passim) e o Estado acreditado.

Para Cervo (2010), o Brasil, durante a década de sessenta, passava por um desmonte do que hoje é conhecido como relações externas modernas, não possuía isonomia em suas ações e só viria a ver novos ares durante os eventos denominados como “diplomacia da interdependência”.

Com a retomada da democracia, temas que não tinham espaço para o debate retornaram, como a consolidação dos direitos humanos e uma política externa qual estamos mais familiarizados, nesse sentido Lafer (2010 p. 48) comenta: “Na década de 1980, o Itamaraty, antecipando o processo de redemocratização brasileira, empenhou-se em ampliar o diálogo com a sociedade civil.”

O desfalque em algumas temáticas acometido pelo militares ocasionou no Brasil um pequeno déficit, fazendo que entrássemos em discussões que em outros países já haviam sido encerradas, como o movimento feminista e os direitos das mulheres, movimentos sindicais, a luta contra o racismo, que com a morte de Martin Luther King Jr veio a crescer exponencialmente e a descolonização de países Moçambique que obteve sua independência em 1975, junto com Angola e Cabo Verde.

Apesar de muitas evoluções e participação ativa do Brasil em áreas sociais, toda a década de 1980 foi marcada na América Latina como “a década perdida”, a dívida externa chegou em níveis alarmantes e o chamado “milagre econômico brasileiro”, evento que foi caracterizado por uma crescente nunca vista durante o regime de Emílio Garrastazu Médici, estava sendo cobrado na dívida externa e da dilapidação das contas públicas, ocasionando em uma hiperinflação e estagnação econômica.

Com a queda do Muro de Berlim, no dia 9 de novembro de 1989, o cenário mundial testemunhava a implosão da União Soviética, que teria seu fim de fato marcado dois anos depois dos acontecimentos. No Brasil da “era Collor” (1990-1992) a diplomacia era novamente alterada, adotando a “agenda econômica de Washington, o abandono de projetos bélicos e a criação do Mercosul.

Neste momento o Brasil abandonava um projeto de diplomacia multilateral e mundial e focava em um olhar mais introspectivo e regionalizado, voltado à América do Sul, nesse sentido Visentini (2013, p. 97) afirma: “Novas teses vitoriosas com o fim da Guerra Fria que foram adotadas sem barganha, não utilizando [...] ampla margem

de manobra que um país com as dimensões e a tradição diplomática do Brasil possuía”.

A criação do Mercosul em 1991 é até o momento um gigantesco marco brasileiro em cenário internacional, visto as inúmeras possibilidades que a estrutura fornecida pela organização disponibiliza, como tratados comerciais, a integração entre os países membros e a “ponte” entre fronteiras, tanto reais como metafóricas.

2.2 DIPLOMACIA BRASILEIRA MODERNA

Apesar do política interna ter sido turbulenta no final da década de 1990, visto o impeachment do ex-presidente Fernando Collor, bem como a crise financeira que o país enfrentava sob a liderança de Itamar Franco (1992-1995), o governo posterior viria fazer uma renovação tanto interna, que posteriormente se resultaria em externa, como o próprio cenário global passava pelo evento que faria com que o Direito Internacional Público se remodelasse, a globalização.

Os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) duraram de 1995 até 2003 e foram marcados pelo avanço de políticas liberais, representadas na privatização e desregulamentação, bem como na aposta no protagonismo brasileiro em negociações exteriores, na integração da América do Sul e em novas alianças com a Europa e Ásia, conforme discurso de posse do presidente, primeiro de janeiro de 1995:

Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico (Cardoso, 1995, p.6).

Para Pereira (1998), as privatizações como por exemplo a companhia Vale do Rio Doce, empresa que fornecia serviços como a extração de minérios, a Telebrás, empresa de telecomunicações, Light, empresa de fornecimento de energia elétrica e a Gerasul, responsável por serviços de energia no sul Brasil, resultariam em uma divergência na opinião popular, em um primeiro momento sendo positivas para equilibrar a economia que passava por um déficit, por outro a venda de estatais para grupos estrangeiros geravam críticas ao governo no quesito da soberania nacional.

Apesar do aceno ao liberalismo, o governo FHC se manteve tímido e não fez uma adesão completa ao sistema econômico, isso pode se deu por dois fatores, o

primeiro sendo o receio que Collor passou ao tentar aplicar a mesma agenda liberal em seu mandato, ou então, na espera de resultados que o governo de Itamar, que também governava segundo a cartilha liberal, viria a fornecer.

Ocorre que na política externa FHC foi muito bem recebido e procurou criar a imagem de um Brasil líder da América do Sul e inclusão global, tirando a imagem de “terceiro mundo” qual foi imposta. Lafer (2000), elabora que o perfil conciliador da diplomacia brasileira, bem como seu protagonismo na América do Sul fez com que potências permitissem que nos “sentássemos a mesa”, fazendo que a diplomacia brasileira agisse com mais independência.

Durante o dia 11 de setembro de 2001 o mundo se espantava com uma das maiores violências amplamente noticiadas do mundo, o atentado às torres-gêmeas, World Trade Center e Pentágono. Os ataques coordenados e estruturados pelo grupo terrorista “Al-Qaeda” que sequestraram diversos aviões e colidiram de forma proposital em edifícios da cidade de Nova York. Lafer (2021), reconstitui os eventos e recorda da preocupação que sentia com a população brasileira que estava na América do norte.

Com o fim dos mandatos de Fernando Henrique, a diplomacia brasileira recebia o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e já em seu discurso inaugural em 1º de janeiro, Lula já mencionava uma abordagem diplomática voltada para um espectro humanista e com base no desenvolvimento nacional, buscando deixando as relações anteriormente criadas mais estáveis e procurando novos parceiros como Japão, os membros do BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul.)

Nesse sentido o presidente pontuou (2001):

No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

Ocorre que durante os primeiros anos do século XXI o Brasil se consolidava como pioneiro em tecnologias na extração de petróleo e seguia como líder sul-americano do Mercosul, como a continuidade de acordos firmados com a Argentina e na busca de uma independência da América do Sul. Saindo da América do Sul, a

diplomacia brasileira fechava acordos comerciais com uma nação que vinha também do “terceiro mundo”, a China.

Durante os primeiros mandatos pautas relevantes como o desenvolvimento nacional, o multilateralismo nas relações com parceiros econômicos, na ascensão de vendas de commodities oriundas dos setores pecuários e agrícolas e em simultâneo a isso, abrindo negociações de cunho ambiental na busca por sustentabilidade ecológica.

Ainda no primeiro mandato de Lula, na manhã do dia 19 de agosto de 2003 na cidade de Bagdá no Iraque, o Brasil sofrera uma de suas mais lastimáveis perdas no âmbito internacional. O diplomata, Sérgio Vieira de Mello morre por conta de um ataque terrorista de autoria assumida pela Al Qaeda na sede da ONU no Iraque.

A realidade é que com o fim da guerra fria marcado pelo colapso da União Soviética, e pós o atentado das torres gêmeas, o mundo veria uma das guerras que mais perdurou, e que na realidade, perdura até os dias de hoje, a guerra contra o terrorismo.

Após os acontecimentos de horror no Iraque, o ministro das relações exteriores, Celso Amorim fez um discurso tocante lembrando o diplomata:

[...] pensemos, por um momento, em um mundo sem a ONU e teremos um panorama certamente muito mais sombrio que aquele em que vivemos. Até porque, como se disse várias vezes, é possível fazer a guerra sem a ONU - não é justo, mas é possível -, mas construir a paz sem a ONU não é possível. Todos temos a lembrança trágica do Sérgio Vieira de Mello tentando construir a paz em um Iraque destruído por uma guerra que a ONU não aprovou.

Apesar do mundo estar enfrentando a guerra ao terror, o clima das relações internacionais brasileiras era de esperança e prosperidade. Com o fim de seu segundo mandato, o presidente Lula passa a faixa para sua colega de partido e antiga secretária de minas e energia, Dilma Rousseff (2011-2016)

Os dois mandatos de Dilma podem ser divididos em dois arcos, sendo o primeiro (2011-2014) e devido ao impeachment que a presidente recebeu, o segundo arco constará de 2014 até 2016. A presidente em seu primeiro mandato sucede um projeto diplomático de Lula, porém continuação não é repetição, visto que o Brasil de dois mil e três definitivamente não era o mesmo de dois mil e onze.

Nesse sentido, Dilma possuía pretensões que colocassem o Brasil como vanguarda em questões como a igualdade de gênero, na preservação nos tratados

“sul-sul” e na ampliação de projetos que tinham como objetivo o comércio e o intercâmbio acadêmico nas áreas da ciência e tecnologia, como o “Ciência sem fronteiras”.

Quanto ao BRICS, a política externa possuía entusiasmo na adesão às novas formas de conagração inter-regional, como o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, a Cúpula América do Sul-África e com essas novas modalidades de conciliação multilateral, a abertura de negociações da Cúpula América do Sul e Países Árabes.

No ano de 2009 ocorrerá no plano econômico uma alteração drástica que refletiu diretamente no diálogo internacional, a China que já estava em crescimento exponencial durante os últimos se tornava nosso principal parceiro comercial, posto esse que pertencia aos Estados Unidos por volta de um século.

Em seu segundo mandato, a política externa se voltou para pautas relacionadas ao meio ambiente e ao crescimento sustentável do país, se tornando vanguarda e tornando o Brasil palco para um discurso de suma relevância. Os tratados internacionais tratados com a prerrogativa ambiental ocorreram primeiramente na cúpula do Rio+20 em 2012 e o segundo em 2015 na vigésima primeira conferência das partes (COP21) que resultou no principal acordo ambiental tratado pelo Brasil, o Acordo de Paris.

Em 2013 o Brasil enfrentava uma tensão diplomática que não havia passado até então em sua história da política externa, o até então embaixador estadunidense, Thomas Shannon foi convocado duas vezes pelo Ministério das Relações Exteriores para que prestasse esclarecimentos quanto as acusações de espionagem às comunicações brasileiras internas, como de assessores, embaixadores e até mesmo comunicações presidenciais.

Tal episódio configurou uma afronta do princípio da não-intervenção e nesse sentido o ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado complementa (2013):

"O Brasil é um país democrático, um Estado sólido, em uma região democrática e sólida, que busca a convivência com seus parceiros de forma amistosa. Não se pode admitir nem em sonho que é um país de risco ou problemático"

Com o impeachment da presidente Dilma, começa a breve era de Michel Temer (2016-2018), o líder do poder executivo e sua agenda exterior passa por bruscas alterações. A primeira implementação é que diferente dos antigos governos, onde se era delegado o cargo de ministro servidores de carreira, que já possuíam

base do que estava sendo tratado em convenções, durante o governo de Temer o Ministério agora era delgado por indicação.

Quanto as relações voltadas para a América do Sul, o momento não poderia estar mais tenso, países como argentina passavam por manifestações como a que o Brasil passará em 2013, onde seus requerimentos eram a troca de governança por insatisfação. Já a Venezuela era devidamente suspensa do Mercosul sob a prerrogativa de ruptura da ordem democrática, o que resultaria em declarações de Nicolás Maduro e na expulsão do embaixador brasileiro em Caracas.

Já em relação aos aspectos de sustentabilidade e da “agenda verde”, no governo de Temer ocorreram episódios de desmatamento em cadência desproporcional, eventos que esses resultariam em uma “saia justa” para o presidente em visita a Noruega, país que era um dos maiores investidores na preservação da fauna, flora e biodiversidade brasileira, tendo um valor destinado ao guarda da floresta Amazônica de 2,8 bilhões de reais.

Apesar de conturbada em aspectos ambientais, a diplomacia na era Temer restou-se positiva em um quadro geral, nesse sentido para (HIRST, apud OLIVEIRA. p.304)

Quanto às Organizações Internacionais, a inserção brasileira também passaria por mudanças. Durante os últimos governos o Brasil buscava utilizar sua participação na ONU para promover um debate a respeito das nações em desenvolvimento. Visava, por meio desse engajamento, aumentar consideravelmente sua influência sobre eles, conquistando apoio para a reforma do Conselho de Segurança daquela organização e para sua inclusão como membro permanente.

A gestão de Jair Messias Bolsonaro (2018-2023) é marcada no cenário internacional como conturbado, isso é resultado de dois fatores, o primeiro sendo falas controversas do próprio presidente e do seu atual ministro Ernesto Araújo, como também dos eventos que foram a pandemia de escala global do vírus COVID-19.

Projetos que incentivavam o intercâmbio, que já haviam entrado em desmonte na era Temer, como o ciências sem fronteiras, no governo de Bolsonaro foram integralmente descartados. Houve momentos em que o presidente e o ministério das relações exteriores entraram em confronto direto com a China e a Argentina, que por mais de uma década eram fortes aliados estratégicos do Brasil no cenário mundial, conforme ilustrado por Lima, Ferreira e Silva (2023, p. 235):

Durante o governo Bolsonaro, a China fez um embargo à carne bovina, um dos produtos da pauta de exportação brasileira, e à época já investia em produtos e mercados alternativos ao brasileiro. Isso indicava que o Brasil poderia ter sérios problemas comerciais a médio e longo prazo.

No primeiro semestre de 2020 o mundo estava passando por uma catástrofe sanitária sem precedentes, a COVID-19 foi uma das principais razões das relações brasileiras internacionais entrassem em tamanha tensão, episódios como o presidente negando a existência do vírus ou se negando a comprar vacinas no final de 2021 fizeram com que o Brasil ficasse ilhado e tornando incerto o futuro das relações diplomáticas.

Rodrigues (2021, p.135) elabora assim um comentário quanto a política externas nos tempos pandêmicos:

O Brasil passou a ocupar um lugar de pouco prestígio no sistema internacional e tornou-se motivo de chacota nos principais organismos internacionais, fruto da política externa adotado pelo governo brasileiro no combate à crise do COVID-19 em seu anseio de um alinhamento automático e irrestrito Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo acabaram por isolar a diplomacia do Brasil das principais tomadas de decisões, isolamento ainda maior depois da derrota de Donald Trump em sua tentativa a reeleição.

O atual cenário diplomático brasileiro é controverso, visto que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-....) retorna com projetos anteriores ao governo de Dilma, a sustentabilidade e as precauções climáticas são a pauta de base para essa nova fase do Itamaraty, porém em contraponto posicionamentos presidenciais a respeito do conflito armado entre Israel e Palestina e das eleições venezuelanas formam instabilidade e inflamação na política externa brasileira.

O ano de 2023 foi atravessado por pautas como isenção de visto entre imigrantes brasileiros e japoneses, a equivalência do ensino fundamental e médio com Portugal, o retorno à Unasul e o Brasil sedeando o G20 foram objetos de debate. Também aspectos como a relação do atual presidente e seu perfil pacífico ao presidente venezuelano, o não envolvimento na guerra estabelecida entre Ucrânia e Rússia, ou falas problemática a respeito do confronto entre Israel e Palestina foram objeto de críticas fundamentadas ao comportamento internacional do atual governo.

Para Marina Regina e Diogo Ives o atual presidente errou em comentários à respeito de Israel ao passo que a fala soou imprópria e desconexa ao perfil diplomático brasileiro:

No debate público suscitado, algumas vozes argumentaram que a fala de Lula foi improvisada e voluntarista, sem respeito à moderação e à tradição diplomática, enquanto outros apostaram que o presidente fez um cálculo político consciente para mobilizar apoios no Sul geopolítico e animar sua base eleitoral ao subir o tom contra Israel.

Deste modo o atual presidente erra principalmente pelo imprevisto da fala, uma vez que cada comentário, seja este feito por um diplomata, ministro ou então como no caso narrado, o próprio líder do executivo. As falas e posicionamentos são milimetricamente calculados, sendo objeto de debate os danos destes posicionamentos com as relações externas, o próprio teor do posicionamento, bem como na sua relevância.

3 CONFRONTOS MUNDIAIS E SEUS RESPECTIVOS DESDOBRAMENTOS

Para Vezzulla (2001), o confronto entre duas ou mais nações ocorrerá em resultado em virtude da incompatibilidade de diferenças em valores sociais, necessidades, crenças ou na vontade de uma ou ambas as nações. Nesse sentido, conflitos entre Estados são travados desde a fundação do instituto Estado.

Nos primeiros anos do século passado as guerras eram tratadas como a segunda via de resolução de conflitos já existentes ou então o meio para o fim de independência das colônias americanas, como a revolução estadunidense que teve seu início em 1775 e seu fim em 1783, ou então a guerra do Paraguai, confronto que se resultou de um primeiro que dessa vez foi travado contra o Uruguai em 1864.

Agora, já nos princípios da década de 1900 o mundo fora palco de dois eventos que tiveram reverberações e participações de praticamente todos os países, sendo a primeira guerra mundial (1914-1918) que foi marcada por um número aproximado de baixas referente a 14 milhões de pessoas, sendo oito milhões apenas soldados, conforme a enciclopédia “Britannica”.

Se a situação é dramática durante a primeira guerra, a segunda (1939-1945) foi um dos episódios de maior calamidade que a humanidade já viu, os números de óbitos não são um consenso entre a comunidade científica, estimasse entre 60 e 90 milhões de mortos durante os eventos. Houve também um dos maiores crimes

testemunhados pela humanidade, o extermínio industrial de todo um povo, termo que foi cunhado como genocídio.

Na segunda metade do século passado os confrontos que eram baseados em insatisfação política, agora se compuseram em um confronto ideológico. A União Soviética e os Estados Unidos da América não participaram de um confronto direto como os anteriores citados, mas suas interferências, apoios e sanções ocasionaram em tensão diplomática e confrontos diretos com o suporte dos dois países, como a guerra da Coreia (1950-1953) e a guerra do Vietnã (1955-1975).

Ainda nessa segunda metade de 1900, a sociedade ocidental começará a ter posicionamentos contrários a guerras e a violência, sendo o ápice deste momento histórico a solidificação de movimentos contracultura como o surgimento do movimento hippie e de movimentos sociais como o antinuclear e o blackpower.

Silva (2010, p. 4) Compreende que a criação do movimento contracultura é a simbiose de um descontentamento tanto social como econômico:

“Para compreender como nos Estados Unidos os valores da contracultura dos anos 60 procuraram romper com a idéia (sic) difundida de progresso e segurança econômica do período pós-guerra, deve-se ressaltar a proposta de ruptura com o sistema, através de ideais socialistas, ou preceitos ligados a religiões orientais, clamando por uma reforma no status quo americano que vivia pela idealização do consumo.”

Nesse sentido, personalidades da cultura pop como John Lennon, sua esposa Yoko Ono, Janis Joplin, Bob Dylan, Jim Morrison e Jimi Hendrix formaram liderança em movimentos antiguerra em diversas manifestações em “centros-nervosos” dos Estados Unidos durante a década de 1970, que buscavam o fim da guerra do Vietnã.

Com a virada do milênio e o fim da União Soviética, pautas como a estabilidade internacional e o globalismo eram objeto de debate internacional, o que foi bruscamente interrompido por conta de atentados terroristas nos Estados Unidos durante o ano de 2001, ocasionando uma intervenção americana em países como Iraque, Irã, Kuwait e demais países do Oriente Médio.

3.1 PRIMAVERA-ÁRABE

A primavera-Árabe é o compilado de eventos oriundos da insatisfação da população de países Africanos e do Oriente Médio como Egito, Síria, Líbia e Jordânia.

O estopim dessas manifestações ocorreu em 2010, quando o feirante tunisiano Mohamed Bouazizi ateou fogo em si por conta da corrupção e instabilidade política de seu país.

Para (Bartkowiak, Fonseca Mattos E Souza *apud* Tethered. 2017 p. 69)

A Primavera Árabe não se trata de um evento breve ou de um caso isolado ocorrido por vontade de uma minoria insignificante; trata-se de um período de transformações históricas no âmbito da política mundial.

Com a publicidade dos acontecimentos que ocorreram na Tunísia, que é creditado de forma devida ao acesso a internet e a pluralidade na disseminação de informação, mais manifestações começaram a ocorrer por todo o Oriente Médio, alguns dos protestos como os que ocorrem contra a guerra da Síria ainda ocorrem até a data desta pesquisa, já outros possuem desdobramentos concretos.

As manifestações tunisianas ocorreram pelo fato de que o até então presidente, Zine El Abidine Ben Ali estava no poder por mais de 20 anos em um processo de eleições considerado suspeito. Após quatro semanas a população tunisiana conseguiu que El Abidine fosse devidamente condenado a 35 anos de prisão e fazendo a Tunísia entrar em transição de poder.

Guitarrara elabora que no mesmo ano que a Tunísia passa por seus primeiros protestos, o Egito também passava por outras inúmeras manifestações populares resultantes da morte trágica do jovem Khaled Said, que fora torturado e morto pela polícia egípcia em eventos que foram nomeados como “Revolução de Lótus”. As demandas populares resultaram na renúncia do presidente Hosni Mubarak, que também estava no poder executivo há mais de duas décadas, entretanto no final do primeiro semestre de 2012 novas manifestações ocorreram contra o presidente eleito Mohamed Morsi, que foram dispersadas pelos militares no mesmo ano.

Na Líbia a situação se destoava da egípcia uma vez que os protestos na Líbia não possuíam suporte dos países do Ocidente. O ditador líbio, Muammar Kadhafi sempre foi visto como inimigo por Estados e blocos ocidentais, visto que durante a guerra fria o país teve apoio direto da União Soviética.

Os rebeldes que lideravam as revoltas até a capital Trípoli estavam sendo mortos pelo exército de Kadhafi. Com a situação inflamada, a ONU (2011 p.2) aprovou a Resolução 1973, que autorizava o uso da força visando a proteção da população, a

resolução também foi o marco inicial para a intervenção da Organização Do Tratado Do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia.

Com as intervenções da OTAN, o Ditador Kadhafi foi morto no segundo semestre do mesmo ano, fazendo assim o Congresso Nacional Geral Líbio assumir o controle do poder executivo do país. (BAZZAN, p.38)

As motivações para o conflito do Iêmen são semelhantes ao da Líbia, uma vez que seu estopim ocorrerá poucas semanas após os protestos contra Kadhafi. O país já passava por instabilidade política e reconhecido pela violência armada, sendo a maior abrigada de grupos terroristas como a Al-Qaeda e facções criminosas internacionais. (Cunha, 2016)

Em março de 2011, Saleh tentou acalmar os ânimos ao prometer que não buscaria a reeleição em 2013, mas isso foi insuficiente para acalmar os manifestantes (Al Jazeera, 2011). À medida que os confrontos se intensificavam, o governo perdeu o controle de várias áreas do país. A situação atingiu o ápice em junho de 2011, quando Saleh foi gravemente ferido em um atentado contra o palácio presidencial, sendo forçado a deixar o Iêmen para tratamento médico na Arábia Saudita (Reuters, 2011). Esse evento marcou uma virada importante, pois o presidente ausente enfraqueceu ainda mais seu governo.

A solução para a crise veio em novembro de 2011, quando o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) intermediou um acordo que resultou na renúncia formal de Saleh, transferindo o poder para seu vice, Abd Rabbuh Mansur Hadi (The Guardian, 2011). O objetivo do acordo era permitir uma transição pacífica e democrática, mas os desafios políticos internos e o frágil equilíbrio de poder dificultaram a implementação das reformas necessárias. Hadi assumiu o controle de um país dividido e enfraquecido, incapaz de conter a crescente violência das facções rivais.

Com a ascensão do movimento Houthi em 2014, o Iêmen mergulhou em uma nova fase de instabilidade. O grupo xiita, insatisfeito com o governo de Hadi, aproveitou a fraqueza do Estado para tomar a capital Sanaa e expandir seu controle sobre outras regiões do país (CNN, 2014). Esse avanço levou à intervenção de uma coalizão militar liderada pela Arábia Saudita, em 2015, que visava restaurar o governo de Hadi e conter a influência dos Houthis. Desde então, o Iêmen vive uma guerra civil devastadora, que agravou a crise humanitária no país.

3.2 RÚSSIA E UCRÂNIA

Por sua falta de soberania, a Ucrânia passou a ser um território muito disputado por grandes potências, principalmente a Rússia. O Parlamento ucraniano, em 1990, declarou a independência da Ucrânia, porém sem separá-la da URSS, mas lhe deu preferência sobre suas próprias leis e, no ano seguinte, através de votos, sua independência foi confirmada. (Kuzio, 2000).

Com o fim da União Soviética, diversos países como a Bielorrússia, Estônia e a própria Ucrânia retomaram sua independência após quase 70 anos de regime socialista, com o surgimento de Estados independentes, novos rumos foram tomados por eles, alguns seguindo os passos da Rússia, enquanto outros buscavam caminhos alternativos a antiga “Pátria-mãe”.

A Ucrânia, principalmente após a anexação da Crimeia em 2014 pela Rússia de Vladimir Putin, começou a agir de maneira destoante a Rússia em suas relações internacionais, isso visto que a Crimeia fora anexada de forma violenta, tendo por exemplo o conflito de Donbass e a expansão da OTAN no leste europeu.

A fim de não correr o risco de enfrentar ataques com a Rússia, a entrada da OTAN oferecia a Ucrânia uma garantia confiável, porém desagradada a Rússia, que por sua vez, teria um poder militar muito superior.

Para o professor Poty, (2019):

Esta disputa por influência entre Rússia e Estados Unidos contribuiu significativamente para o acirramento da divisão interna existente na Ucrânia, o que gerou uma forte polarização entre as regiões Leste e Sul, com uma tendência favorável à Rússia, e a região Oeste, mais ligada ao Ocidente, que se observou nas eleições de 2010. Nessas circunstâncias, a opção do governo eleito em não avançar nas negociações com a União Europeia desencadeou uma crise que levou a uma divisão ainda mais profunda na Ucrânia, levando ao poder um governo alinhado ao Ocidente, que teve como consequências geopolíticas a separação da Crimeia, que se reintegrou à Rússia, e a guerra separatista no Leste da Ucrânia.

Em 2022, após complexas afirmações de Putin envolvendo a participação de nazistas na chapa do presidente eleito Volodymyr Zelensky, houve um dos ataques mais brutais que a Europa como um todo veria. A invasão Russa em território ucraniano se deu através de mísseis e avanço de tropas em solo, provocando uma das mais tensas crises humanitárias e a devastação de cidades.

Segundo o que publicaram as jornalistas Mariya Knight, Maria Konstenko, Svitlana Vlasova e Victoria Butenko no canal CNN, a Rússia realizou o maior ataque, comparado a outros desde o início da invasão, à Ucrânia, no ano de 2022. Utilizando-se de drones e mísseis, atacou Kiev, no leste, sul e oeste do país. Essa ação foi consequência pelo país ter atingido um navio de desembarque russo e por ter recebido um pacote de ajuda militar dos Estados Unidos.

Após diversas ofensivas russas, o presidente ucraniano clamou por ajuda humanitária e requisitou ao alto comitê de segurança da ONU punição a Rússia na 78ª sessão da assembleia geral. Ainda nesta mesma reunião da ONU o presidente elabora como a Rússia utilizou de sua posição para enfraquecer relações externas ucranianas, conforme registrado pelo jornal G1 (2023).

O atual cenário quanto ao conflito entre Rússia e Ucrânia é de incerteza, visto que por mais que o conflito tenha se estabilizado e que a maior parte das ofensivas russas supracitadas tenham sido contidas pelo exército ucraniano. Além das centenas de milhares de óbitos, a Ucrânia perdeu o controle de parte de seu território enquanto outra porcentagem foi devastada pela guerra. Por mais que a situação esteja crítica, ainda existe a possibilidade de um cessar fogo entre os Estados previsto para 2025, conforme vontade do presidente ucraniano Zelensky.

3.3 ISRAEL E PALESTINA (2023-2024)

Israel e Palestina estão em confronto direto por diversos fatores, como por exemplo as divergências que se remontam desde a história dos países, como a economia, as políticas e as questões territoriais que são objeto de discussão desde 500 A.C.

Na contemporaneidade, o conflito entre estes países ocorre, em uma perspectiva geral, por conta da vontade palestina em conseguir seu território e em contraponto a busca teológica israelita na transformação do país em um Estado judaico, credo que vai em sentido contrário ao do povo palestino, conforme ilustrado por Vieira, Cardoso e Schefer (2018, p. 344).

Ocorre que os confrontos territoriais e religiosos se inflamaram muito na atualidade por conta de dois fatores, as polêmicas afirmações do Premiê de Israel, Benjamin “Bibi” Netanyahu e aos ataques terroristas do movimento de resistência palestina (HAMAS).

Na manhã do dia sete de outubro de 2023, o grupo de resistência palestina acometeu umas das maiores ofensivas militares dos últimos cinquenta anos no Oriente Médio. O ataque em Israel foi motivado pela crescente ocupação do povo israelense no complexo de Al-Aqsa, local sagrado para o povo muçulmano, conforme apresentou Silva (2023).

Segundo Khurma (2024) mais de oitenta mil israelenses tiveram que evacuar cidades como Tel Aviv, Gedera, Hersilya e Ashkelon por conta dos mais de 5.000 foguetes e ações de militantes nas cidades. A vastidão destes ataques atingiu o centro nervoso da inteligência de Israel, uma vez que o ataque havia sido extremamente coordenado, gerando tumulto e cerca de 1.200 mortos contabilizados nas semanas posteriores aos ataques, conforme indica a enciclopédia britânica (2023).

A resposta de Israel se deu dias após a investida palestina, se dando através da declaração de Estado de guerra do país por meio de comunicação oficial do primeiro-ministro Netanyahu, conforme apontamento da Agência Brasil (2023). De modo que o confronto atingiu no segundo semestre de 2024 proporções alarmantes, ao que o jornal Beaklini compila: “[...] a tendência é que Israel continue respondendo com bombardeios no Iêmen, Líbano e Síria, além do genocídio em Gaza. Mas que esta escalada dependerá da adesão dos EUA a uma guerra ainda maior, que envolverá também o Irã.”

Atualmente os dados de feridos, refugiados e mortos é incerto... Ao modo que Netanyahu inflama o confronto para países que por mais que de crença islâmica, são historicamente imparciais, como o Líbano por exemplo, o Estado Islâmico também oferece uma ameaça ao povo judeu de Israel, tornando o Oriente Médio palco de mais um lastimável derramamento de sangue.

4. ANÁLISE DOS POSICIONAMENTOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Os eventos diplomáticos brasileiros referentes à primavera árabe representaram em sua magnitude, uma ampla coerência às correntes dos princípios constitucionais supracitados que formam o rol do artigo 4º da Constituição Federal Brasileira, uma vez que diante dos conflitos mencionados no tópico anterior, buscou-

se a prevalência dos direitos humanos, sendo que a situação demandava assistência humanitária por conta tanto dos refugiados orientais que fugiam dos confrontos, bem como da população brasileira que habitava estes países.

Nesse sentido Casarões (2012) elabora, “A postura brasileira com relação à violação de direitos humanos no Irã representou, nesse sentido, a concretização dessa inflexão de prioridades na agenda exterior.”

No que se trata ao princípio da autodeterminação dos povos, o governo brasileiro repetiu o discurso da importância da não influência externa em países que estavam sob regime ditatorial, como nos casos da Tunísia e da Líbia, condenando assim aos ataques cometidos pela OTAN em 2011. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011)

A respeito do princípio da defesa da paz, esta foi uma das pautas da audiência pública, na Comissão de Relações Exteriores, momento em que o ministro Antônio Patriota (2011), em resposta ao deputado Duarte Nogueira, comentou sobre a situação que o Síria passava pós as manifestações e a turbulência política que se encontrava o país.

Já quanto ao contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o perfil diplomático brasileiro, por mais que continuasse o seguimento da não-intervenção, foi alvo de algumas críticas por conta de decisões acometidas durante a presidência de Jair Messias Bolsonaro, sendo a mais frequente a parcialidade que o presidente tomou frente aos acontecimentos de 2022.

Durante o fevereiro do ano que se deu o confronto, o presidente faz uma visita diplomática a Vladimir Putin. O momento não poderia ser mais inoportuno visto que a tensão às vésperas do confronto já estava estabelecida. Por mais que a Rússia fizera parte do BRICS e o motivo da viagem presidencial fosse justamente fortalecer laços econômicos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022).

Já nos primeiros momentos em que a guerra já estava estabelecida com os primeiros ataques russos a Ucrânia, algumas falas do presidente soaram ambíguas, porém ainda se abstendo de “tomar partido” e se comprometendo com a imparcialidade diante do confronto (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

No que pese os princípios elencados no rol do artigo 4º, desde o início a guerra o Brasil buscou a imparcialidade quanto aos seus posicionamentos, na defesa diplomática da paz e na solução pacífica dos conflitos, condenando o uso da força empregado pela Rússia.

Ao que se refere ao princípio da não intervenção, o Brasil respeitou a soberania tanto da Rússia, uma vez que ir além da reprovação poderia ocasionar em um rompimento econômico no BRICS e mais indisposição com o parlamento Russo, bem como o Ucraniano, uma vez que o Brasil também se alinhou diplomaticamente a ONU e repudiou os ataques, como também ofereceu asilo aos refugiados.

Portanto, os comportamentos diplomáticos quando postos sob o prisma do Direito Constitucional, apesar de episódios pontuais como a visita do presidente à Rússia previamente ao confronto, que geraram uma tensão com os demais Estados, os princípios legais foram devidamente respeitados.

Por fim, seguindo a tensão diplomática que o mundo e o Direito Internacional Brasileiro passam por essa segunda década do século XXI, é possível apontar que a afirmação de Lula em seu terceiro mandato, referente ao conflito entre Israel e Palestina, foi o mais próximo que o Brasil passou de uma indisposição total com os outros países.

Durante o mês de fevereiro de 2024, o presidente discursava na trigésima sétima cúpula de chefes de Estado e governo da União Africana, na Etiópia, momento cujo Israel estava cursando ofensivas militares na Faixa de Gaza. Na segunda metade da oitava, o presidente de maneira totalmente improvisada fez uma posição crítica ao posicionamento de Israel e do primeiro-ministro Netanyahu, fazendo uma falsa equivalência entre os acontecimentos no Oriente Médio com os eventos da segunda guerra mundial, pontuando da seguinte forma: “O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existiu em nenhum momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus” (Rodrigues, apud, Lula. 2024)

A repercussão da fala foi totalmente desastrosa no âmbito internacional e isso ocorreu por dois fatores: O primeiro sendo a religião de Israel, que é a judaica, povo que sofreu horrores no império nazista de Adolf Hitler. O segundo foi a própria reação de Netanyahu, que rebateu o presidente (2024):

Enquanto a intenção de Hitler era a eliminação dos judeus, a de 'Israel' consiste na aniquilação do povo palestino, em uma operação de limpeza étnica. Nesse sentido, os nazistas e os sionistas podem ser considerados entidades irmãs siamesas.

A fala do presidente Lula, até o momento, foi o mais longe em que o Brasil feriu os princípios constitucionais que formam o arcabouço do Direito Internacional. Ao fazer a infeliz comparação, o presidente abandonou princípios como o da não

intervenção e da defesa da paz (incisos IV e VI, artigo 4º da CF de 1988) quando fez a métrica entre o comportamento de Israel em resposta as investidas do HAMAS, o que fez com que diplomaticamente falando, o Brasil ficasse temporariamente ilhado com seu posicionamento internacional.

No que pese ao princípio da autodeterminação dos povos, ao fazer a métrica entre a resposta de Israel e o regime nazista, o presidente sugere que as investidas contra o grupo terrorista não são proporcionais, e até mesmo sem fundamento em uma primeira interpretação, o que tornando o elo diplomático com Israel, bem como também a aliados que buscam a resolução pacífica do confronto, frágil e criando uma situação tensa aos aliados diplomáticos brasileiros.

É válido ressaltar que a fala do presidente ocorrerá no primeiro bimestre de 2024, momento em que Israel ainda não havia feito suas investidas mais violentas na Faixa de Gaza, o que no momento da elaboração deste artigo, foi considerado pela ONU situação de crise humanitária, visto que o governo de Israel está deliberadamente fazendo um bloqueio na região de Gaza para que órgãos como a Unicef não consigam realizar ajuda humanitária.

Por fim, podemos observar que a diplomacia brasileira passa por alterações e adequações internas e externas que se resultam em uma participação ativa nas mesas de negociação, em conciliações e na busca pela paz e pelo avanço civilizatório. Entretanto, quanto mais “protagonismo” o Brasil recebe, mais a diplomacia brasileira se distancia daquele perfil neutro, visando apenas lidar com as questões internas do país.

5. MATERIAIS E MÉTODOS

O pilar central do seguinte artigo e seu desenvolvimento é a revisão de literatura afim de proporcionar uma comparação das relações exteriores diante de confrontos globais com seus respectivos desdobramentos internos e externos. Para que fosse feita a realização ainda foi necessário traçar o perfil da diplomacia brasileira, como suas origens, seu papel no ornamento internacional e seguindo uma cronologia até os dias atuais. Os materiais e metodologia aplicada são descritos a seguir.

A abordagem adotada para a realização deste artigo é a qualitativa, visto que utilizando dos dados coletados, como número de óbitos, datas de eventos históricos,

discursos presidenciais e manifestações ministeriais pode se fazer uma interpretação vasta dos acontecimentos, bem como na elaboração bibliográfica do Direito Internacional Público brasileiro e por fim traçar um paralelo entre as manifestações externas e seus desdobramentos.

A apresentação dos dados tem como fundamento o método longitudinal foi utilizado devido a dissonância que o perfil diplomático brasileiro apresentou durante mandatos distintos e acompanhando a evolução da diplomacia bem como de seus posicionamentos. É válido ressaltar que o método também fora aplicado nos conflitos que são objeto de estudo dessa pesquisa, da maneira que manifestações se tornaram confrontos com a polícia e da escalada para guerras civis ou confrontos entre outros países.

A técnica bibliográfica foi adotada para o acompanhamento e evolução da pesquisa. O conteúdo de 5 autores entre eles, professores, ex-ministros, historiadores e sociólogos com experiência comprovada, cujas obras foram publicadas nas últimas décadas, destacando-se:

- Cervo e Bueno (2011): História da Política Exterior do Brasil. – que ilustra o perfil da diplomacia brasileira.
- Lafer (2018): Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira. Pensamento e Diplomacia Brasileira. – O ensaio do ex-ministro das relações externas estabelece as tradições da política externa brasileira.
- Visentini (2013): A projeção internacional do Brasil. Diplomacia, segurança e inserção na economia mundial.

A pesquisa, por abordar temas jurídicos e tratados internacionais, utiliza-se também da técnica documental como:

- Constituição Federal de 1988.
- Decretos: Decreto Nº 56.435 (1965)
- Tratados internacionais: Carta das Nações Unidas (1945) e Declaração dos Direitos Humanos (1948)

A discussão e sustentação das obras analisado permitiram uma óptica única para a temática, possibilitando a construção do perfil diplomático brasileiro e a análise

de eventos que foram marcantes para as relações externas do país. O processo de revisão e análise que fora fundamentada dão base a fundamentação e execução do artigo apresentado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destrinchado em pesquisa vemos que a relação do Direito Internacional Público, não está distante da realidade de nossa população, não se limitando apenas às portas das embaixadas ou as paredes do Itamaraty, mas principalmente nas relações humanas que o Brasil firma e firmou com seus aliados internacionais.

Em um mundo amplamente conectado a diversas maneiras de comunicação também se torna viável a análise de maneira sistemática entre os posicionamentos geopolíticos brasileiros e seus desdobramentos tanto internamente, na vida de refugiados políticos que moram no Brasil, bem como na vida dos próprios brasileiros, como também externamente, na vida de brasileiros que residem em países que estão em conflito, nos acordos e tratados que cumprimos e na própria imagem diplomática brasileira.

Também é notável que o perfil externo brasileiro acompanha governos e que na atualidade certas ações e afirmações resultaram em crises diplomáticas e em alguns momentos em um “mal-estar” geopolítico que foi criado meramente por agendas distintas entre governantes ou pelo não cumprimento de acordos que foram tratados no passado.

Ressalta-se como o Brasil é visto mundialmente e no quesito de proteção ambiental e em um crescimento sustentável, como o Brasil sedeando o G20 e na partição e comprometimento ao que foi firmado no acordo de Paris a respeito da preservação ambiental e principalmente na guarda da floresta amazônica e nos demais biomas e biodiversidade brasileira.

Ocorre que o Direito não é uma ciência exata e por conta disso é impossível prever ou remediar com antecedência problemáticas causadas por tensões diplomáticas de governança para governança, como o descumprimento de tratados, rompimento de alianças com parceiros comerciais e declarações que resultam em mais tensão ainda para a política externa nacional.

Por fim, por mais que o perfil brasileiro diplomático seja estruturado na pacificação e conciliação a pesquisa analisa os posicionamentos internacionais e, utilizando-se do Direito Constitucional, aborda momentos em que a tradição de amenizar confrontos vai em sentido contrário aos princípios e deveres estabelecidos na carta magna.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo E. do Nascimento. **Manual do Direito internacional público**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p.26.

AL JAZEERA. **Yemen's Saleh says won't seek another term (Saleh do Iêmen diz que não buscará outro mandato)**. 2011. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2011/3/2/yemens-saleh-says-wont-seek-another-term>. Acesso em: 13 de outubro de 2024.

BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona; FONSECA, Thatiane de Almeida; MATTOS Gabriel Motta e SOUZA, Vitor Henrique do Carmo Souza. **A PRIMAVERA ÁRABE E AS REDES SOCIAIS: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia**. Revista Cadernos Internacionais, v. 2017, n. 1, 2017 p. 69. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30432/30432.PDF> Acesso em: 1 de outubro de 2024.

BASÍLIA, Rodrigues. CNN. **Discurso de Lula contra ataques de Israel é visto no Planalto como freio a barbaridades**. São Paulo, SP. 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/discurso-de-lula-contra-ataques-de-israel-e-visto-no-planalto-como-freio-a-barbaridades/> Acesso em 15 de outubro de 2024.

BAZZAN, Denise. **Primavera árabe: a força da disseminação da informação pelo meio digital e sua forma de construção de sentido**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 38.

BBC News. **Yemen protests: Thousands call on President Saleh to leave (Protestos no Iêmen: Milhares pedem que o presidente Saleh deixe o cargo)**. 2011. Disponível em:

<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-12295864>. Acesso em: 1 out. 2024.

BEAKLINI, Bruno. Brasil de Fato. **Em 24 horas, Israel bombardeia Líbano, Síria, Iêmen, Faixa de Gaza e promete mais.** São Paulo, SP. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/10/02/em-24-horas-israel-bombardeia-libano-siria-iemen-faixa-de-gaza-e-promete-mais> Acesso em: 14 de outubro de 2024.

BRASIL. Arquivo Nacional Do Ministério Da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ministério das Relações Exteriores. 2017. Disponível em:

<https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/485-ministerio-das-relacoes-exteriores-1891-1930> Acesso em: 21 de agosto de 2024.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Ministro manifesta preocupação com paz no mundo árabe.** 2011 Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/216624-ministro-manifesta-preocupacao-com-paz-no-mundo-arabe/> Acesso em: 22 de agosto de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

Acesso em: 15 de agosto de 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 56.435, de 8 de Junho e 1965.** Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm?hidemenu=true

Acesso em: 7 de setembro de 2024.

BRASIL. Presidente (1995-2003: Fernando Henrique Cardoso). **Pronunciamento do Presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília, 1995, p. 18.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Luís Inácio Lula da Silva). **Pronunciamento do Presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional.** Brasília, 2003, Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato> Acesso em: 7 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2003-2011). **Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Seminário As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional no 61º aniversário das Nações Unidas.** Nova York, Estados Unidos. 2006, Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/palavras->

[do-min-celso-amorim-na-abertura-do-seminario-as-nacoes-unidas-paz-direitos-humanos-e-desenvolvimento-em-um-novo-cenario-internacional-por-ocasio-do-61-aniversario-das-nacoes-unidas-brasilia-24-10-2006](#) Acesso em: 9 de setembro de 2024.

BRITANNICA. **Israel-Hamas War (Guerra Israel-Hamas)**. Chicago, Estados Unidos. 2024. Disponível em:

<https://www.britannica.com/place/Gaza-Strip>

Acesso em 14 de outubro de 2024.

BRITANNICA. **Killed, wounded, and missing (Mortos, feridos e desaparecidos)**. Londres, Reino Unido, 2024. Disponível em:

<https://www.britannica.com/event/World-War-I/Killed-wounded-and-missing> Acesso em: 1 de outubro de 2024.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. **Construindo pontes? O Brasil diante da Primavera Árabe**. Ciência e Cultura, vol.63. n4. São Paulo. 2012. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252012000400018 Acesso em: 21 de agosto de 2024.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Ministério das Relações Exteriores (1889-1930)**. Disponível em:

<https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/485-ministerio-das-relacoes-exteriores-1891-1930> Acesso em: 21 de setembro de 2024.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília, DF. 4ª edição, 2011, p. 85.

CNN. **Chanceler de FHC na época do 11 de setembro revela bastidores do dia no Brasil**. São Paulo, SP. 2021, Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chanceler-de-fhc-na-epoca-do-11-de-setembro-revela-bastidores-do-dia-no-brasil/> Acesso em: 9 de setembro de 2024.

CNN. **Yemen's Houthi rebels take over capital (Rebeldes houthis tomam capital do Iêmen)** Geórgia, Estados Unidos. 2014. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2014/09/21/world/meast/yemen-houthis-take-over-capital>

Acesso em: 27 de setembro de 2024.

CUNHA, Andrea Ribeiro. **Conflitos no Oriente Médio: da Primavera Árabe à crise dos refugiados**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016.

CUNHA, Carolina. UOL. **Iêmen guerra no país árabe provoca desastre humanitário**. São Paulo, SP. 2016. Disponível em:

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/iemen---guerra-no-pais-arabe-provoca-desastre-humanitario.htm> Acesso em: 8 de outubro de 2024.

G1. **Visita de Bolsonaro a Putin não ocorreu em momento apropriado, diz Guedes.** 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/04/20/paulo-guedes-diz-que-visita-de-bolsonaro-a-russia-nao-foi-no-momento-adequado.ghtml>

Acesso em: 19 de setembro de 2024.

G1. **Volodymyr Zelensky, da Ucrânia, pede punição para a Rússia na ONU e diz que não se pode 'confiar no mal'.** São Paulo, SP. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/19/volodymyr-zelensky-da-ucrania-discursa-na-assembleia-da-onu.ghtml> Acesso em 14 de outubro de 2024.

GUITARRARA, Paloma. **Primavera Árabe.** Brasil Escola. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm> Acesso em: 22 de setembro de 2024.

KNIGHT, Mariya; KOSTENKO, Maria; VLASOVA, Svitlana; BUTENKO, Victoria. CNN. **Rússia faz maior ataque aéreo à Ucrânia desde o início da invasão, dizem autoridades.** São Paulo, SP. 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-faz-maior-ataque-aereo-a-ucrania-desde-o-inicio-da-invasao-dizem-autoridades/> Acesso em:

KHURMA, Merissa. Wilson Center. **A Year of War Since October 7: On Narrative and Dehumanization in Arab and Israeli Societies**(Um ano de guerra desde 7 de outubro: sobre narrativa e desumanização nas sociedades árabes israelenses.)

Washington-DC, Estados Unidos. 2024. Disponível em:

<https://www.wilsoncenter.org/article/year-war-october-7-narrative-and-dehumanization-arab-and-israeli-societies> Acesso em: 14 de outubro de 2024.

LAFER, Celso. **Brasil: dilemas e desafios da política externa.** Estudos Avançados. Vol 14. Nº38. Brasília, DF. 2000. p.263.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira. Pensamento e Diplomacia Brasileira.** Vol 1. Editora FUNAG. Brasília, DF 2018. p.48

LEÓN, Lucas Pordeus; apud NETANYAHU, Benjamin. Agência Brasil. **Veja a repercussão da fala de Lula sobre a guerra em Gaza e Holocausto – assunto tem gerado críticas e apoios ao presidente.** Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/veja-repercussao-da-fala-de-lula-sobre-guerra-em-gaza-e-holocausto> Acesso em 16 de outubro de 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de. **DIPLOMATIQUE. O dilema de Lula na condução de uma política externa transversal.** 2024. Disponível em:

https://diplomatique.org.br/dilema-lula-politica-externa-transversal/#_ftnref1 Acesso em: 12 de outubro de 2024.

LIMA, Katia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima; SILVA, Patric Anderson Gomes. **A política externa no governo Bolsonaro: autonomia ou alinhamento aos EUA?**. Cadernos do GPOSSHE, 2023. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/10222/8629>

Acesso em: 30 de setembro de 2024. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Posição do Brasil sobre a Primavera Árabe. 2011. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/> Acesso em: 26 de setembro de 2024.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. **A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada.** Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6757977/mod_folder/content/0/Pol%C3%ADtica%20Externa%20Brasileira/politica%20externa%20temer.pdf

[BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona; FONSECA, Thatiane de Almeida; MATTOS,](#)

Acesso em: 23 de setembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas. 26 de junho de 1945.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/> Acesso em: 31 agosto de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 31 de agosto de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1970.** 2011, p. 2. Disponível em:

<https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/NR/rdonlyres/2B57BBA2-07D9-4C35-B45E-EED275080E87/0/N1124558.pdf> Acesso em: 25 de setembro de 2024.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Burocracia Pública e Estado no Brasil. São Paulo, RECRE.** Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado. 2007, p. 47

PORTAL TERRA. **G20: em meio a tensão por espionagem, Dilma e Obama ficam lado a lado.** 2013. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/g20-em-meio-a-tensao-por-espionagem-dilma-e-obama- ficam-lado-a-lado,65ddf37a09ae0410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

Acesso em: 6 de setembro de 2024

POTY, Ítalo Barreto. A Ucrânia independente após o fim da Guerra Fria: uma análise geológica (1991-2010). Rio de Janeiro, dez./2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/338782286_A_Ucrania_independente_apos_o_fim_da_Guerra_Fria_uma_analise_geopolitica_1991-2010. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

RICUPERO, **Rubens. Rio Branco, definidor de valores nacionais**. EMC, Rio de Janeiro, RJ. 2002. p. 79-98. RODRIGUES, Fernando C. Larios. **Diplomacia Adoecida: Erros Da Diplomacia Brasileira No Enfrentamento Ao Covid-19**. Espirales, revista eletrônica Vol 5. Nº 2 . Porto Alegre, RS. 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2785> Acesso em: 14 de setembro de 2024.

SILVA, Bruno Fabricio Alcebino. Brasil de Fato. **Israel e Palestina: uma guerra sem fim**. São Paulo, SP. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/09/israel-e-palestina-uma-guerra-sem-fim>

Acesso em: 13 de outubro de 2024.

SILVA, Marcelo Pimenta. **A contracultura e a imprensa alternativa: a revolução social através da informação**. São Paulo, SP. Contemporâneos – Revista de artes e humanidade, nº 6. 2010, p. 4

THE GUARDIAN. **Yemen's president Ali Abdullah Saleh resigns after 33 years in power (Presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, renuncia após 33 anos no poder)**. Londres, Reino Unido. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/nov/23/yemen-president-saleh-resigns>.

Acesso em: 21 de setembro de 2024.

VEZZULLA, Juan Carlos. **Teoria e Prática da Mediação**. Curitiba: Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil, Curitiba, PR. 2001. p.24

VIEIRA, Tais Lima; CARDOSO, Paulo da Silva; SCHEFER, Laura de Almeida. **O conflito entre israel e palestina**. Revista Vianna Sapiens, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 24, 2018. DOI: 10.31994/rvs.v9i2.445. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/445>. Acesso em: 6 de outubro de 2024.

VISENTINI, Paulo Gilberto F. **A projeção internacional do Brasil. Diplomacia, segurança e inserção na economia mundial.** Ed 1. Editora GEN Atlas. Rio de Janeiro, RJ. 2013. p. 32.